

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 96.40.0179-1-DRH/DAM, "ad referendum" do Conselho de Administração, resolve:

REVOGAR, em parte, a portaria nº 569, de 05-12-97, para alterar as férias regulamentares do Dr. RODRIGO KRAVETZ, MM Juiz Federal Substituto da 3ª Vara Federal da Circunscrição Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Estado do Paraná, de "sine die" para 07-05 a 05-06-98, relativamente ao 1º período do exercício de 1998.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Julia Ellen Gracie Northfleet

EDITAL Nº 004/98

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVAS

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o contrato celebrado com a Fundação Carlos Chagas, resolve:

CONVOCAR, de acordo com os Editais de Concurso Público nºs 001/98 e 002/98, publicados no Diário da Justiça da União de 16-02-98, Seção II, páginas 474 a 486, os candidatos inscritos para as categorias funcionais de Administrador, Analista de Sistemas, Bibliotecário, Oficial de Justiça-Avaliador, Taquígrafo Judiciário, Técnico Judiciário, Agente de Segurança Judiciária, Atendente Judiciário, Auxiliar Judiciário, Digitador, Programador de Computador, Técnico em Contabilidade, Telefonista e Auxiliar Operacional de Serviços Diversos para prestar as provas Objetivas, Dissertativas e de Redação Técnica.

As provas serão realizadas no dia 19-04-98, devendo os candidatos apresentarem-se nos locais designados no Cartão Informativo - a ser enviado pela Fundação por intermédio do Correio -, munidos de documento de identidade original, às 7h e 45min. O fechamento dos portões será às 8h e 15min.

O candidato que não receber o Cartão Informativo até o dia 14-04-98, poderá consultar as listas que serão afixadas no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, e Seções Judiciárias de Justiça Federal de 1º Grau nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, de segunda à sexta-feira, das 13h às 18h, ou acessar o site da Fundação Carlos Chagas: <http://www.fcc.org.br>.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Julia Ellen Gracie Northfleet
Presidente

of. no 458/98)

Coordenadoria Geral de Jurisprudência

Súmula da Jurisprudência Dominante

A Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em sessão realizada no dia 18 de março de 1998, presentes os Excelentíssimos Senhores Juizes Maria Lúcia Luz Leiria, Elcio Pinheiro de Castro, Virginia Scheibe, João Surreaux Chagas, Carlos Sobrinho, Paulo Afonso Brum Vaz, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Juiz Nylson Paim de Abreu, aprovou, por unanimidade, os enunciados das Súmulas nº 47, nº 48, nº 49, nº 50 e nº 51, a serem publicados no Diário da Justiça da União, *publicados por 3 (três) vezes, em datas próximas, e nos Boletins de Justiça Federal das Seções Judiciárias dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, na forma prevista no art. 97 do R. nº 08, com os seguintes textos:*

Súmula nº 47

"Na correção monetária dos salários-de-contribuição integrantes do cálculo da renda mensal social dos benefícios previdenciários, em relação ao período de março a agosto de 1991, não se aplica o índice de 230,40%."

PROJETO DE SÚMULA Nº 98.15.00001-2 - REL. JUÍZA MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA

PRECEDENTES:

AC 94.04.55174-0-SC, DJ 20-08-97, Rel. Juiz Nylson Paim de Abreu
AC 97.04.13443-6-SC, DJ 25-06-97, Rel. Juiza Maria Lúcia Luz Leiria
AC 96.04.31304-5-SC, DJ 25-06-97, Rel. Juiza Maria de Fátima Labarrère
AC 95.04.36437-3-SC, DJ 18-12-96, Rel. Juiz José Germano da Silva
AC 96.04.31310-0-SC, DJ 12-02-97, Rel. Juiza Sílvia Goraieb
AC 94.04.55269-0-SC, DJ 03-07-96, Rel. Juiz José Germano da Silva
AC 94.04.55722-0-SC, DJ 15-05-96, Rel. Juiz Nylson Paim de Abreu
AC 95.04.03654-6-SC, DJ 05-04-95, Rel. Juiza Virginia Scheibe

Súmula nº 48

O abono previsto no artigo 9º, §6º, letra "b", da Lei nº 8178/91 está incluído no índice de 147,06%, referente ao reajuste dos benefícios previdenciários em 1º de setembro de 1991."

PROJETO DE SÚMULA Nº 98.15.00002-0, REL. JUÍZA MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA

PRECEDENTES:

AC 96.04.16376-0-RS, DJ 18-02-98, Rel. Juiz Carlos Sobrinho
EIAC 95.04.17237-7-SC, DJ 16-07-97, Rel. Juiz João Surreaux Chagas
AC 94.04.30995-8-RS, DJ 27-08-97, Rel. Juiz Elcio Pinheiro de Castro
AC 94.04.35142-3-RS, DJ 30-07-97, Rel. Juiza Maria de Fátima Labarrère

AC 94.04.51739-9-RS, DJ 09-04-97, Rel. Juiza Maria Lúcia Luz Leiria
EIAC 95.04.16304-1-SC, DJ 24-12-96, Rel. Juiza Marga Barth Tessler
AC 95.04.02867-5-SC, DJ 26-02-97, Rel. Juiza Virginia Scheibe
AC 94.04.56530-0-RS, DJ 12-02-97, Rel. Juiz José Germano da Silva
AC 95.04.42033-8-RS, DJ 12-02-97, Rel. Juiza Sílvia Goraieb
AC 96.04.05778-2-RS, DJ 29-01-97, Rel. Juiz Anís Finocchiaro Sarti
AC 96.04.32042-4-RS, DJ 23-10-96, Rel. Juiza Luiza Cassales
AC 95.04.02847-0-SC, DJ 06-11-96, Rel. Juiz João Surreaux Chagas

LEGISLAÇÃO: art. 146 da Lei nº 8213/91; art. 9º, §6º, "b", da Lei nº 8178/91.

Súmula nº 49

"O critério de cálculo da aposentadoria proporcional estabelecido no artigo 53 da Lei nº 8213/91 não ofende o texto constitucional."

PROJETO DE SÚMULA Nº 98.15.00003-9, REL. JUÍZA MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA

PRECEDENTES:

AC 95.04.02090-6-RS, DJ 22-10-97, Rel. Juiza Virginia Scheibe
AC 95.04.37978-8-RS, DJ 25-06-97, Rel. Juiza Maria Lúcia Luz Leiria
AC 96.04.65021-1-RS, DJ 19-01-97, Rel. Juiz Elcio Pinheiro de Castro
AC 97.04.31103-6-RS, DJ 10-09-97, Rel. Juiz Carlos Sobrinho
AC 96.04.42220-0-RS, DJ 04-06-97, Rel. Juiz João Surreaux Chagas
AC 95.04.16774-8-RS, DJ 16-04-97, Rel. Juiz Nylson Paim de Abreu
AC 96.04.38947-5-SC, DJ 18-12-96, Rel. Juiza Marga Barth Tessler
AC 95.04.52738-8-RS, DJ 13-11-96, Rel. Juiza Luiza Cassales

LEGISLAÇÃO: Art. 53 da Lei nº 8213/91; art. 202, § 1º, da CF-88.

Súmula nº 50

"Não há direito adquirido à contribuição previdenciária sobre o teto máximo de 20 salários mínimos após a entrada em vigor da Lei nº 7787/89."

PROJETO DE SÚMULA Nº 98.15.00005-5, REL. JUÍZA MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA

PRECEDENTES:

AC 96.04.47824-9-RS, DJ 26-11-97, Rel. Juiza Maria de Fátima Labarrère
AC 94.04.24341-8-RS, DJ 29-10-97, Rel. Juiza Maria Lúcia Luz Leiria
AC 96.04.38463-5-RS, DJ 30-07-97, Rel. Juiza Virginia Scheibe
AC 96.04.55114-0-RS, DJ 30-04-97, Rel. Juiza Maria Lúcia Luz Leiria
EDAC 96.04.65583-3-RS, DJ 01-10-97, Rel. Juiz Paulo Afonso Brum Vaz

AC 96.04.12575-3-RS, DJ 19-11-97, Rel. Juiz Nylson Paim de Abreu
AC 96.04.47367-0-RS, DJ 25-06-97, Rel. Juiz Carlos Sobrinho
AC 95.04.33082-7-RS, DJ 13-11-96, Rel. Juiz Elcio Pinheiro de Castro
AC 96.04.12535-4-RS, DJ 05-03-97, Rel. Juiza Marga Barth Tessler

LEGISLAÇÃO: Lei nº 7787/89

Súmula nº 51

"Não se aplicam os critérios da Súmula nº 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos aos benefícios previdenciários concedidos após a Constituição Federal de 1988."

PROJETO DE SÚMULA Nº 98.15.00004-7, REL. JUÍZA MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA

PRECEDENTES:

EIAC 94.04.43377-2-RS, DJ 16-07-97, Rel. Juiz João Surreaux Chagas
EIAC 93.04.23449-2-RS, DJ 09-07-97, Rel. Juiz Carlos Sobrinho
EIAC 95.04.06355-1-PR, DJ 25-06-97, Rel. Juiza Maria de Fátima Labarrère
AC 91.04.26457-6-RS, DJ 17-09-97, Rel. Juiza Maria Lúcia Luz Leiria
AC 96.04.58945-8-RS, DJ 11-06-97, Rel. Juiza Virginia Scheibe
AC 95.04.35250-2-RS, DJ 16-04-97, Rel. Juiz Elcio Pinheiro de Castro
AC 96.04.38007-9-RS, DJ 30-07-97, Rel. Juiza Maria de Fátima Labarrère
AC 97.04.31103-6-RS, DJ 10-09-97, Rel. Juiz Carlos Sobrinho
AC 95.04.13535-8-RS, DJ 28-05-97, Rel. Juiz João Surreaux Chagas
AC 95.04.16774-8-RS, DJ 16-04-97, Rel. Juiz Nylson Paim de Abreu
EIAC 95.04.43802-4-RS, DJ 31-07-96, Rel. Juiza Luiza Cassales
EIAC 94.04.47624-2-RS, DJ 30-10-96, Rel. Juiz Manoel Munhoz
AC 96.04.07228-5-RS, DJ 29-01-97, Rel. Juiz Elcio Pinheiro de Castro
AC 95.04.57019-4-RS, DJ 22-01-97, Rel. Juiz Carlos Sobrinho
AC 95.04.46834-9-PR, DJ 15-01-97, Rel. Juiz José Germano da Silva
AC 95.04.52874-0-RS, DJ 17-07-96, Rel. Juiz Nylson Paim de Abreu

LEGISLAÇÃO: art. 41, inciso II, da Lei nº 8213/91; art. 9º da Lei nº 8542/92; Lei nº 8700/93.

